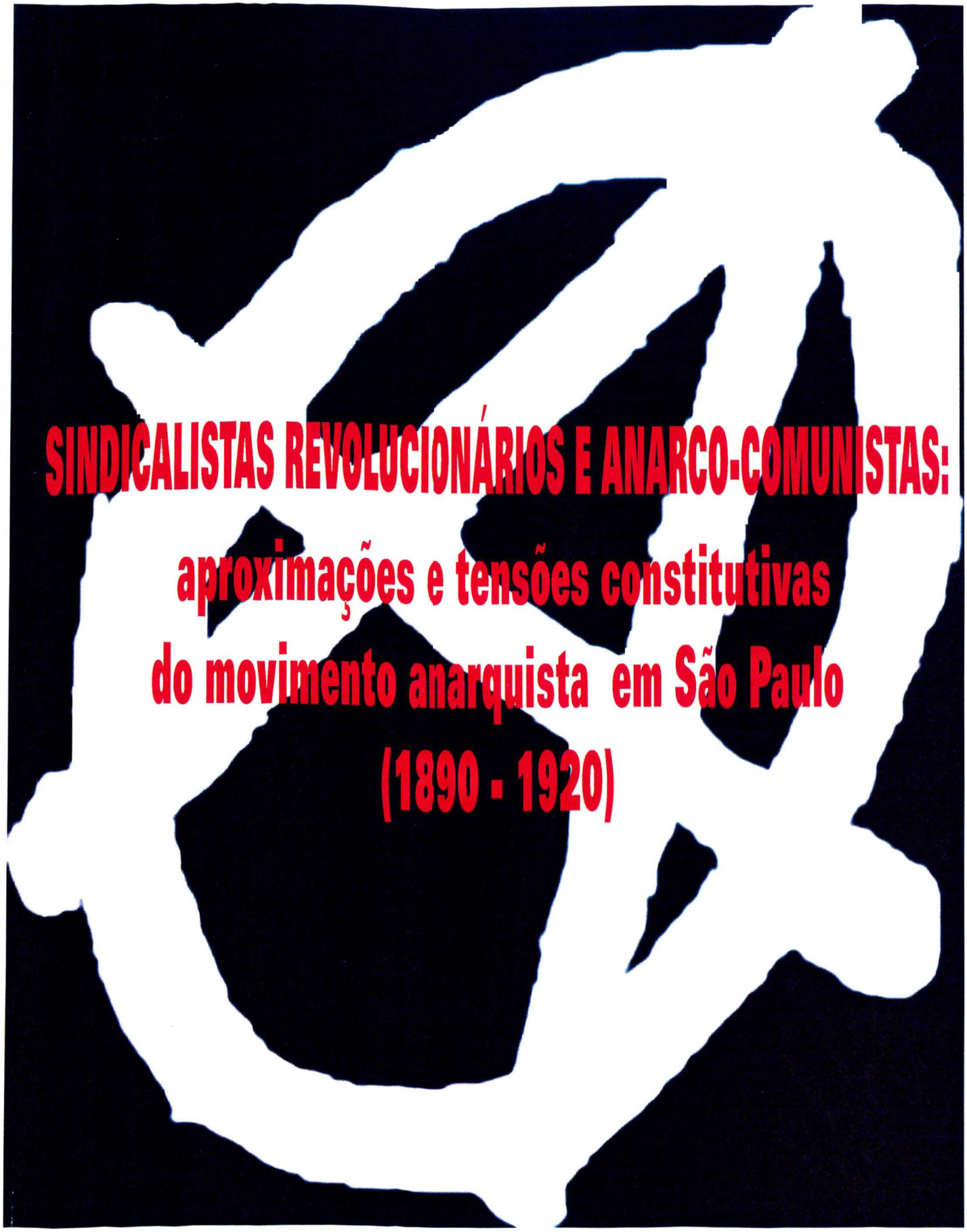
AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

SÔNIA MARA FERREIRA DOS SANTOS



SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIOS E ANARCO-COMUNISTAS:

aproximações e tensões constitutivas do movimento anarquista em São Paulo (1890 - 1920)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

DEZEMBRO DE 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.°
38408-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1.615 S.9 (C)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIOS E ANARCO-COMUNISTAS: aproximações e tensões constitutivas do movimento anarquista em São Paulo (1890 - 1920)

Monografia apresentada ao Departamento de História, como requisito parcial para obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Profª. Dr.ª Jacy Alves de Seixas.

Dezembro de 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1615

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU
Nº
Data /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Profª. Drª. Christina S R Lopreato

Profª. Drª. Jacy Alves de Seixas
Orientadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco I Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/Nº
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

AGRADECIMENTOS

Não resta dúvidas de que a colaboração e o estímulo dos amigos foram essenciais para que este trabalho, embora modesto, fosse concretizado. Dentre eles gostaria de agradecer à você Bela, por tudo aquilo que tem me oferecido nestes últimos anos: carinho, atenção e generosidade. A vida ao seu lado tem sabor de fruta madura.

A você Jacy, agradeço a oportunidade, a paciência e o incentivo. Confesso que nestes últimos dois anos cresci muito intelectualmente. E isso, penso eu, deve-se ao fato de você jamais ter-se negado a dividir comigo e com os demais que estavam sob a sua orientação, o conhecimento e a experiência que você adquiriu através dos anos. A crença, a paixão e a dedicação demonstradas por você ao longo do nosso convívio, realimenta ainda mais o meu interesse pela história.

Aos amigos Maucia e Ricardo, sempre tão dispostos a darem o melhor de si, agradeço o carinho, a amizade e o interesse em discutir os meus escritos.

As amigas Jussara, Luciana, Nádia e Simone que souberam dividir muito mais do que as simples despesas de final de mês, agradeço por tudo.

A vocês e a tantos outros amigos que me incentivaram, o meu muito obrigada.

Dedico este trabalho a você mainha. Fonte de beleza, luta, respeito, carinho e admiração.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Minerão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO..... 07
I - ANARQUISMO E HISTORIOGRAFIA..... 09
II - SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO..... 18
III - ANARCO-COMUNISMO..... 34
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 49
V - BIBLIOGRAFIA..... 54

INTRODUÇÃO

Ao longo desses dois anos participei da equipe de pesquisadores que visa compor o banco de dados e de imagens do *"Dicionário Histórico Biográfico do Movimento Operário Brasileiro - Anarquismo(s)*. Em função dessa experiência, gostaria de deixar aqui registrado alguns fatos que julgo terem sido muito importantes para a minha formação. Pois, foi (e continua sendo) a partir desta minha experiência enquanto bolsista de Iniciação Científica que pude dar os primeiros passos em direção a uma produção propriamente historiográfica. E, mais precisamente, porque foi a partir desta experiência que obtive uma oportunidade bastante significativa, no sentido de poder refletir sobre a própria tarefa do historiador, em virtude mesmo da contundente relação que passamos a estabelecer com o nosso objeto de estudo. Posto que estamos sendo desafiados a todo o instante, numa contínua reflexão acerca dos caminhos e significados do nosso trabalho enquanto investigadores.

Quando me engajei no projeto de pesquisa do *"Dicionário Anarquista"*, em agosto de 1997, não tinha em mente o quanto poderia ser gratificante e ao mesmo tempo instigante trabalhar com um tema tão amplo e contagiante como o anarquismo. Meu conhecimento sobre o tema era bastante diminuto em relação àquele que a bibliografia e, principalmente, a documentação[1], começavam a me mostrar. Refiro-me principalmente à documentação, porque foi a partir de sua riqueza e diversificação que acabei por melhor conhecer e compreender a cultura política produzida por aquela multidão de homens e mulheres que compuseram o movimento operário e anarquista da Primeira República no Brasil. Um universo repleto de significações descortinou-

[1] Trata-se de jornais, revistas, panfletos, brochuras... produzidos pela imprensa operária e anarquista nos anos de 1890 à década de 1920 pertencentes ao arquivo pessoal da Professora

se através da documentação.

Nela havia indícios cada vez mais fortes de uma efetiva presença e atuação de diversos sujeitos, com as mais variadas matizes culturais, nacionalidades e extratos sociais. Todavia, quando procurei achar na historiografia esse mesmo universo, ele desaparecia, ou, na melhor das hipóteses, aparecia camuflado em dados estatísticos, para desaparecer logo em seguida, sob a fala dos próprios autores.

Confesso que tais contradições só fizeram aguçar ainda mais a minha curiosidade. A sede por novas informações era tão grande, que por um bom tempo dediquei-me exclusivamente à leitura das obras pertinentes ao tema. Para mim não havia atividade melhor. E nesse momento, percebo o quanto ela está sendo importante, pois, será através destas leituras que procurarei esboçar neste trabalho uma tentativa de desmistificação e reproblematização de algumas idéias que foram construídas em torno do anarquismo no Brasil.

Nesse sentido, busco tecer na primeira parte deste trabalho uma discussão bibliográfica acerca dos caminhos percorridos por boa parte da nossa historiografia, quando de suas análises do movimento operário brasileiro da Primeira República.

Na segunda e terceira parte deste estudo procuro compreender e analisar por meio das idéias de sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas, respectivamente, o modo como essas duas tendências encaminharam junto aos oprimidos paulistas a proposta libertária de transformação radical da sociedade.

Por fim, nas considerações finais, procuro relativizar as interpretações empreendidas pela historiografia operária brasileira, diante das propostas de atuação e conscientização do oprimidos frente ao capital, elaboradas pelos militantes libertários no movimento operário paulista.

Dr.ª Jacy Alves de Seixas.

ANARQUISMO E HISTORIOGRAFIA

Em sua maioria, a historiografia que trata do movimento anarquista da Primeira República no Brasil procurou caracterizá-lo como um movimento "fraco" e "ineficiente". Como exemplo, tomemos o caráter homogeneizador, e portanto, "derrotista", que tantas vezes lhe foi atribuído. Ou seja, parte da historiografia procurou analisá-lo sempre num contexto amplo, global. Onde a intenção primeira dos historiadores não era a de empreender uma reflexão acerca da doutrina anarquista em si, mas sim, de fazer do mesmo apenas uma ponte para que outros pensamentos políticos fossem analisados.

Dessa forma, os historiadores procuraram analisar a atuação dos anarquistas no Brasil, tendo-se em vista horizontes que muitas vezes não pertenciam a estes últimos. Nesse sentido, cobrar do anarquismo e dos anarquistas aquilo que eles não se propuseram a realizar - como por exemplo, a constituição de um partido político que articulasse as prioridades "nacionais" com os setores da pequena burguesia... -, tem a ver, acredito eu, com o próprio caráter de "cientificismo" (ou de ideologismo) que os autores desejam passar através de seus trabalhos.

Isto é, querem os historiadores que a conduta social e política dos atores deste movimento reflitam exatamente aquilo que eles determinaram como sendo o mais correto, o mais "lógico". Porém, como na maioria das vezes isso não era traduzido pelos sujeitos analisados, os autores simplesmente desqualificaram quase todas as suas ações; classificando-os dessa forma, de "inconscientes", "desorganizados" e "imaturos".

O descrédito no poder de transformação dos agentes sociais que compuseram o chamado *"primeiro movimento operário"* era tão grande que sequer foram levados em consideração as razões que haviam levado o operariado

a decidir-se por esta ou por aquela ideologia política.

No entanto, é certo que o movimento operário da Primeira República no Brasil, como qualquer outra estrutura de poder, sofreu a influência direta e/ou indireta de muitas forças: o sindicalismo revolucionário, o anarco-comunismo, o sindicalismo reformista e o sindicalismo amarelo. Cada uma delas, portanto, lutando para conquistar o seu próprio espaço. Nesse sentido, o embate era algo inevitável, pois nenhuma delas, lutou no vazio, como senhora absoluta da situação. O que para mim, evidencia que este não foi, portanto, um movimento político homogêneo, muito pelo contrário.

A constatação de uma crescente e intensa mobilização - mesmo que esta fosse intermitente - por parte dos trabalhadores, demonstra que este foi um momento de forte ebulição de idéias, de orientações e de ações bastante diversificadas. Onde cada uma das forças, procura, de uma forma ou de outra, estar sintonizada com a sua própria realidade, com as suas próprias convicções e com as suas próprias formas de atuação. Assim, não acredito haver motivos para a desqualificação apriorística de qualquer uma delas.

Entretanto, para aqueles que partiram da premissa que os movimentos operário e anarquista da Primeira República, foram em si, movimentos fracos e ineficientes, não restava outro papel, senão o de apontar os fatores que os teriam levado àquela situação de fragilidade e vulnerabilidade. Assim, para historiadores como Sheldon Maram[2], por exemplo, as principais limitações do *"primeiro movimento operário"*, se devem às origens imigrantes de composição da classe trabalhadora. Para esse autor, os conflitos étnicos e raciais existentes no interior da classe, ao se sobreporem os interesses mais gerais do operariado, acabaram levando-os a uma má desorganização, o que consequentemente, contribuiu para o insucesso das ações coletivas.

---

[2] MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, Imigrantes e movimento operário no Brasil (1890 - 1920)**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

O papel desempenhado pelo Estado também não foi desconsiderado por Maram, pois a política de repressão e exclusão implementadas pelo mesmo, permitiu que muitos dos trabalhadores imigrantes ficassem alheios aos problemas do país. Com medo de perderem o emprego, de serem presos e deportados, muitos deles se negaram a participar do movimento operário. Portanto, todos esses fatores, com raízes na base imigrante do proletariado, retardavam, segundo Maram, o desenvolvimento do movimento operário brasileiro, levando-o a seduzir-se pela ideologia anarquista e, naturalmente, contribuíram para a sua destruição.

Um outro trabalho que caracterizou o movimento operário brasileiro da Primeira República como débil, fraco e desorganizado, foi o de Boris Fausto[3]. Para ele, estas características negativas eram devidas, entre outros fatores, à posição secundária ocupada pela indústria no restante da economia e à própria política excludente e repressiva do Estado. Responsabilizou ainda os anarquistas, que, segundo ele, foram incapazes de participarem do jogo político quando se negaram a constituir um partido político.

A recusa, portanto, dos anarquistas em contribuírem para a constituição de um pólo convergente dos interesses operários, só fez reforçar, segundo Boris Fausto, o isolamento da classe trabalhadora; o que de certa forma, ia ao encontro dos próprios interesses das classes dominantes. No entanto, os anarquistas foram os primeiros a recriminarem este tipo de conduta: *"tomamos parte ativa no movimento operário, o isolamento levar-nos-ia à esterilidade, ou reduziria o anarquismo a um simples movimento político da extrema liberal, a um torneio filosófico de diletantes em passeios pelos campos floridos da teoria"*[4].

Na sua tentativa de reavaliação do período republicano e de aprofundamento do conhecimento do pensamento anarquista, o trabalho de Silvia

---

[3] FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 - 1920)**, Difel, São Paulo, 1976.
[4] A Terra Livre, nº 1, dez./1905 Apud MAGNANI, Silvia. **O Movimento Anarquista em São**

Magnani[5] não diferiu muito da análise de Boris Fausto. Os fatores que contribuíram para a presença anarquista no Brasil e para a "debilidade" do movimento operário, praticamente foram os mesmos. Para ela, a difusão do anarquismo no país, e principalmente em São Paulo, não deve ser atribuída somente à origem estrangeira do proletariado, mas sim, creditada às condições sociais, políticas e econômicas da Primeira República. Pois, a organização do Estado Republicano, ao impedir a participação política do operariado via canais institucionais, contribuiu sobremaneira, para o desenvolvimento do anarquismo no interior do *"jovem"* movimento operário. Ou seja, o anarquismo e o sentido de sua prática social e política, segundo Silvia Magnani, advieram do Estado.

Todavia, os anarquistas entendiam que qualquer relação com o Estado, além de ser um equívoco por parte deles, seria também infrutífera. Pois, o Estado não fazia mais que defender as classes economicamente mais fortes, uma vez que era dominado e organizado por elas. Assim, qualquer tipo de entendimento entre os dois, estaria fora de cogitação. A esse respeito escreve Malatesta:

> " *O Governo é um produto do espírito de domínio e violência. É o instrumento utilizado por alguns homens para impor aos outros as suas 'competências' reais ou fictícias. É o criador dos privilégios, sua criatura e seu defensor natural.*
>
> *É falso dizer que o Governo desempenha docilmente, na atualidade, o papel de defensor do capitalismo, e que, uma vez abolido o capital, seria o representante e o fiel gerente do interesse de todos. Primeiramente, o capitalismo atual não utiliza o*

Paulo (1906 - 1917), Brasiliense, São Paulo, 1982, p. 89.

[5] MAGNANI, Silvia. op. cit..

Governo como um simples instrumento, mas sim o Governo é dominado e organizado por ele. Para que os trabalhadores possam apoderar-se das riquezas sociais e organizar, no interesse de todos, a produção e o consumo, é preciso expulsar o Governo de todas as suas posições, reduzí-lo à impotência, ignorando-o, e abolí-lo definitivamente.

Em conclusão, não se pode abolir o privilégio e estabelecer solidariamente, definitivamente, a liberdade e a igualdade sociais, sem acabar com o Governo."[6]

Apesar da importância que os trabalhos dos historiadores acima citados - dentre outros - possuem, para a compreensão do movimento operário nas primeiras décadas deste século, em sua maioria, eles se preocuparam demasiadamente em apontar os erros que, segundo estes trabalhos, os agentes sociais haviam cometido. Era como se existisse um caminho "mais correto" a seguir para a emancipação da classe trabalhadora. Por sua vez, como o operariado não havia conseguido constituir-se enquanto classe, ou melhor, não havia conseguido constituir-se enquanto sujeito do direito, enquanto cidadão, foram então representados como imaturos, inconscientes, fracos, desorganizados, apáticos e incompetentes.

Entretanto, essa imagem negativa da classe operária, não esteve presente somente no meio acadêmico. Ela fazia parte também do imaginário dos próprios trabalhadores: *"no Brasil, não há um proletariado que tenha dignidade de si mesmo, não senão uma turba apática e vil que se embriaga em sua própria*

---

[6] MALATESTA, Errico. "A solução libertária para a questão social", In: **Antologia do Socialismo Libertário**, Rio de Janeiro, Edições Mundo Livre, 1979, p. 50.

degradação"[7].

Nesse contexto, essa forma de representação, segundo Jacy Seixas, tem a ver com o próprio momento de desconstrução/reconstrução da identidade operária no Brasil, que por ser tributário de experiências coletivas diversas, arrastou consigo não apenas um conjunto de representações intelectuais ou ideológicas, mas também, um "sistema afetivo" que lhe é inerente. *"Por isso, talvez, a(s) identidades(s) coletivas convirjam facilmente para a dimensão do imaginário, busquem espontaneamente uma imagem que possa condensar toda sua expressividade (ao mesmo tempo racional e afetiva)"*[8].

Ainda, segundo esta autora, se do ponto de vista histórico as representações e imagens pertinentes ao operariado foram em sua maioria quase sempre negativas, era porque elas traduziam a expectativa de uma conduta social e política que se pretendia universalizar, mas que se manifestava somente em momentos e circunstâncias muito especiais. E, é justamente nesses breves instantes, que é possível perceber que as imagens e representações, se por um lado foram negativas, por outro, foram também positivas.

Neste contexto, a *"insconstância"* das ações operárias é algo que não podemos desprezar. Pois, se por um lado ela representa a "ignorância" ou a "apatia" dos trabalhadores em não dar continuidade nas suas ações, por outro lado, ela representa também o desejo de que aquela situação seja de alguma forma revertida. Um exemplo bastante revelador disso, foi o depoimento dos socialistas do *Avanti!* em abril de 1907: *"O Avanti! (...) deplora a apatia, índice seguro da inconsciência, do egoísmo, ou da injustificada desconfiança, que reina soberana entre os trabalhadores de São Paulo e faz votos ardentíssimos para (...) que sintam vergonha da sua indolência e acorram todos ao apelo de seus*

---

[7] La Battaglia, 13/abril/1912 Apud SEIXAS, Jacy Alves de. - "O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: a problemática da (re)construção da identidade operária, In.: **Revista História & Perspectivas**, n° 11, jul/dez., 1994, p. 216.

[8] SEIXAS, Jacy Alves de., *op. cit.* p. 214.

companheiros"[9] . O apelo certamente foi ouvido, tanto é verdade que poucas semanas depois do mesmo ter sido feito, foi deflagrada naquela cidade, a greve geral pela jornada de 8 horas de trabalho.

Portanto, tomar "consciência" da apatia, ou ainda, reconhecer-se nela, demonstra que um movimento em sentido contrário pode ser perfeitamente realizado. E, no *"primeiro movimento operário brasileiro"*, era essa "tomada de consciência" (em diferentes momentos) que permitia aos trabalhadores agirem de acordo com os seus meios, para assim por fim à apatia. Assim, o "duplo" ou o inverso da apatia finalmente realizava-se por meio da ação, e mais precisamente, da **ação direta**, dos participantes do movimento. É a apatia extrapolando os limites da representação e atingindo assim, a verdadeira dimensão ativa e afetiva do imaginário político. Ou ainda, o engajamento espontâneo da imagem da apatia conduzindo (in)diretamente à estratégia de ação direta; que paulatinamente foi se definindo como orientação de luta operária no Brasil.[10]

Assim, para que possamos compreender o significado e a importância da estratégia de ação direta para o encaminhamento da luta operária no início deste século no Brasil, faz-se necessário que resgatemos, dentre as forças políticas que estiveram presentes no movimento operário, precisamente aquelas que formularam os seus princípios e orientações de atuação política tendo por base a ação direta:

> *"Um método de ação política baseado na livre iniciativa, na autonomia do indivíduo e na solidariedade. A ação direta contrapõe-se ao parlamentarismo e a qualquer outra forma de representação política. Ela expressa a crença de que o proletariado só se libertará quando confiar na*

---

[9] O Avanti!, 4/abril/1907, Apud HALL, Michel e PINHEIRO, Paulo S. - "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controles", **Coleção Remate de Males**, n° 6, p. 112.

> *influência da sua própria ação, direta e autônoma, prescindindo de intermediários no conflito capital trabalho. Isso significa que a classe trabalhadora nada deve esperar das forças externas a ela mesma. É ela que deve criar suas próprias condições de luta e os seus meios de ação. As estratégias de ação direta são o boicote, a sabotagem e a greve"*[11].

Destarte, objetivo neste trabalho, destacar, dentre as diferentes forças que compuseram o movimento operário da Primeira República em São Paulo, justamente aquelas que por representarem o núcleo da estratégia de ação direta, tiveram na ênfase teórico-política da auto-emancipação do homem, o seu princípio mais espetacular: o sindicalismo revolucionário e o anarco-comunismo. Assim, procurarei compreender e analisar por meio de suas idéias, o modo como essas duas forças encaminharam junto aos oprimidos, a proposta libertária de transformação radical da sociedade. E ainda, como foi possível para sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas estabelecerem uma mediação entre a teoria e a prática, quando de suas tentativas de mobilização e conscientização dos desfavorecidos pelo capital.

No entanto, no decorrer deste próprio trabalho, será possível perceber, que mesmo que sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas partissem das mesmas fontes teóricas - Phoudhon, Bakunin, Malatesta... -, e, possuíssem na estratégia de ação direta o elo administrador e mobilizador de suas reivindicações, os mesmos divergiram quanto aos meios e táticas a serem empregados para a concretização de seus princípios, que, diga-se de passagem, também eram os mesmos: expropriação revolucionária dos meios burgueses de

---

[10] IDEM, p.p. 217 - 218.

[11] LOPREATO, C. S. R. - **A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917**, Museu da

produção, abolição da propriedade privada, do Estado e demais poderes coercitivos em substituição à livre organização dos indivíduos.[12]

As divergências, no entanto, mantiveram-se ao nível das discussões teóricas e das práticas. Naquilo que dizia respeito à(s) forma(s) de organização e atuação dos oprimidos pelo capital. Assim, quanto aos fins a serem alcançados não ocorreram disputas entre eles, havendo até mesmo, em diversas ocasiões, a união destas duas tendências em colaborarem entre si, para o efetivo sucesso das agitações operárias. O que, a meu ver, denota de forma bastante clara, o próprio grau de solidariedade que as envolviam. Nesse sentido, ao tomar como ponto de referência o sindicalismo revolucionário e o anarco-comunismo na análise do movimento operário e anarquista da Primeira República em São Paulo, poderemos melhor compreender os motivos que ao mesmo tempo que aproximaram estas forças, também as distanciaram. Poderemos compreender, ainda, o perfil tomado pelo *"primeiro movimento operário"* no Brasil.

Imigração, São Paulo, 1997, p. 7.

[12] SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e Anarcossindicalismo**, São Paulo, Ática, 1987, p. 20.

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

"O problema é o seguinte: eu sou anarquista, quero semear minhas idéias. Qual o terreno onde elas germinarão melhor? Tenho já a fábrica, os cafés... quero algo melhor: um lugar onde eu encontro proletários que se dão conta da exploração a que estamos submetidos e usam a cabeça para encontrar o remédio. Esse lugar existe? Sim em nome de deus! E ele é único: é o grupo corporativo"[13]

A opinião acima explicita bem o lugar de luta e de resistência da classe trabalhadora para os sindicalistas revolucionários. Um lugar por si só privilegiado, onde o operário poderia não só se reunir para articular e manifestar os seus interesses, mas também vivenciar, ele mesmo, a própria contestação de classe. O sindicato era, nesse sentido, a instituição potencialmente revolucionária da classe trabalhadora. Todavia, as discussões em torno do sindicato enquanto espaço de luta e de resistência do operariado nunca foram tranqüilas entre os anarquistas.

Segundo Daniel Guérin[14], nos primeiros congressos da Internacional, o tema do sindicalismo operário não participava ainda dos debates. Foi somente com a realização do *"Congresso da Associação Internacional da*

---

[13] POUGET, Emile. Apud TOLEDO, Edilene T. **O Amigo do Povo: grupos de afinidades e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**, Tese de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1993, p. 99

[14] GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo da doutrina a ação**, Editora Germinal, Rio de Janeiro, p. 63.

Basiléia", em setembro de 1869, que o sindicalismo, sob influência dos anarquistas, passou a ser discutido num primeiro plano. A orientação dada pelos congressistas foi para que todos os trabalhadores se agrupassem em sociedades de resistência, a fim de que garantissem o presente e o futuro. *"Pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão facilmente transformar-se em associações de produtores; são elas que hão de poder utilizar a ferramenta social e organizar a produção"*.[15] Nestas palavras de Varlin, segundo Neno Vasco, estão os princípios essenciais de organização e de táticas operárias, do que veio a se chamar depois *"sindicalismo revolucionário"*.[16]

Na França, onde as sociedades operárias tomaram um grande impulso a partir de 1870, o desgaste causado pela guerra franco-prussiana e o fim da Comuna de Paris, se por um lado favoreceu uma reação por parte da burguesia e um certo abatimento no proletariado, por outro lado, acabou levando essas sociedades a um definhamento e a um reformismo difíceis de serem controlados. Diante desse quadro desolador, os anarquistas, por sua vez, terminaram por se isolar do movimento operário e se auto consumirem *"num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e snobes"*.[17]

Porém, no desejo de se reaproximarem dos trabalhadores e de evitarem que os sindicatos operários fossem de vez dominados pelos socialistas, foi que parte dos anarquistas *"apressaram"* a sua entrada nos sindicatos. No entanto, cabe dizer, que essa tomada de posição não significou em nenhum

---

[15] Palavras proferidas por Eugénio Varlin no artigo publicado em março de 1870, em La Marseillaise. Varlin foi o fundador da sociedade de resistência da corporação dos operários encanadores, secretário da primeira União dos Sindicatos parisienses (Câmara Federal das Sociedades Operárias de Paris) e membro da Comuna de Paris. Foi assassinado pelos versalheses em 28 de maio de 1871. In.: VASCO, Neno. **Concepção Anarquista do Sindicalismo**, secção editorial de A Batalha, Lisboa, 1920, p.p. 30-31

[16] VASCO, Neno. op. cit., p.31

[17] IDEM, p. 33

momento para esses anarquistas uma mudança de doutrina. Ela era muito mais de tática do que de pensamento.

Neste contexto, podemos dizer que na última década do século XIX, uma nova onda revolucionária veio a contagiar os anarquistas. Eram as idéias do jovem francês Fernand Pelloutier que ao assumir o cargo de Secretário Geral da Federação das Bolsas de Trabalho na França[18], acabou imprimindo um novo ritmo ao movimento sindical francês. Pois, ao transformá-lo numa poderosa força de orientação anarquista, o modelo de sindicato proposto por Pelloutier, foi capaz de influenciar o pensamento e a ação da classe operária não só em seu país, mas também em outros países, como a Espanha e o Brasil.

A concepção que alguns anarquistas (leia-se anarco-comunistas) tinham dos sindicatos, isto é, que os mesmos possuíam apenas uma função econômica, era para Pelloutier errada. Os sindicatos possuíam na realidade uma função, que por se aproximar da vontade dos próprios trabalhadores, era muito mais complexa, e nesse sentido, verdadeiramente revolucionária:

> *"Nós queremos que toda a função social se reduza à satisfação das nossas necessidades; o sindicato também o quer, é êsse o seu fim, e cada vez êle se emancipa mais da crença na necessidade dos governos. Nós queremos o livre acôrdo dos homens; o sindicato (de dia para dia melhor o compreende) só pode existir expulsando do seu*

---

[18] A Federação das Bolsas de Trabalho foi criada em fevereiro de 1892, de acordo com as resoluções do Congresso de Saint Etienne. Constituíam-se num instrumento de crítica à integração do sindicalismo ao Estado, ou mesmo às municipalidades, tornando-se assim os bastiões daqueles que preconizavam a independência sindical. O trabalho das Bolsas de Trabalho foi bastante considerável, pois contou com a criação de bibliotecas, museus do trabalho, escritórios de ensino, imprensa corporativa e de instituições que viabilizavam a educação dos trabalhadores. Podemos entender que este trabalho era a aplicação da fórmula preconizada na I Internacional de que a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores. Assim, pela suas múltiplas atividades, as Bolsas de Trabalho *"aspiravam, conscientemente ou não, a criar um 'Estado' dentro do Estado, pretendendo monopolizar todo o serviço relativo á melhoria da sorte da classe trabalhadora"*. In.: **Revista História do**

seio qualquer espécie de autoridade e de coacção. Nós queremos que a emancipação do povo seja obra do mesmo povo; a organização sindical também o quer. Cada vez mais ali se sente a necessidade, ali se experimenta o desejo de administrar directamente os interêsses próprios; ali germina o gôsto da independência e a vontade da revolta; ali se pensa nas oficinas livres onde a autoridade tenha cedido o lugar ao sentimento pessoal do dever; ali se emitem, sôbre a tarefa dos trabalhadores numa sociedade harmónica, indicações de maravilhosa largueza de vistas, fornecidas pelos próprios trabalhadores"[19].

As palavras de Pelloutier eram portanto claras, queria que os anarquistas invadissem os sindicatos, e que fizessem dele uma *"escola prática do anarquismo"*. Ou seja, que os anarquistas transformassem os sindicatos em lugares de livre discussão, de educação, de resistência, de luta de classes, de autonomia, de ação direta, e sem compromissos partidários.

A célebre frase: *"o sindicalismo se basta a si mesmo"*, proferida pelos sindicalistas revolucionários no *"Congresso de Amiens"* (França), em 1906, permitiu, segundo as próprias palavras de Neno Vasco, a formação do *"nó vital do sindicalismo revolucionário"*.[20] A proposta feita para que os sindicatos fossem o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura, favoreceu a polêmica entre aqueles anarquistas que viam no sindicalismo o meio e o fim da sociedade (sindicalistas revolucionários) e aqueles anarquistas que, por não concordarem com essa

---

Anarquismo no Brasil, vol. II, Fac Símile, São Paulo, p.p. 1-2

[19] ID IBIDEM, p.p. 36-37.

opinião, propunham que o anarquismo se mantivesse firme na sua proposta de atuação ampla e abrangente na sociedade (os anarco-comunistas).

No ano seguinte, mais precisamente, *no "Congresso Internacional Anarquista de Amsterdã"*, esta divisão ficou ainda mais nítida. Malatesta (anarco-comunista) e Pierre Monatte (sindicalista revolucionário) promoveram um acirrado debate em torno da questão. Para o primeiro, o sindicalismo não passava de um movimento legalista e conservador, sem outro objetivo acessível, além da melhoria das condições de trabalho.[21] Argumentava que era sim, partidário convicto do movimento operário ou sindical, mas não poderia ser jamais sindicalista *"se por sindicalismo se entender esta doutrina que vê apenas no fato do sindicato operário uma virtude especial, devendo automaticamente conduzir ao enfrentamento do jugo capitalista e à constituição de uma sociedade nova"*.[22] Portanto, para Malatesta, os anarquistas deveriam sim, ingressar nos sindicatos, mas apenas para difundir o anarquismo entre os trabalhadores. O sindicato era apenas um *meio* de luta, e nunca o seu *fim*.

Para Monatte, o sindicalismo era o principal responsável por aquela onda revolucionária que agitou a Europa, e principalmente a França, nos primeiros anos deste século; já que, anteriormente ao agrupamento de sindicatos e de uniões trabalhistas, o espírito revolucionário simplesmente agonizava naquele país. Assim, o sindicalismo ao permanecer fiel ao lema da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de que a emancipação da classe operária deveria ser obra dos próprios operários, ele se configuraria como o *único* meio possível de se atingir a revolução, e nesse sentido, ele bastava a si mesmo:

> *"O sindicalismo não perde tempo prometendo o paraíso terrestre. Ele exige que os próprios operários lutem*

---

[20] IBIDEM, p. 30
[21] GUÉRIN, Daniel. op. cit., p. 85
[22] SEIXAS, Jacy Alves de. - **Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire, Ed. de la Maison des sciences de l'homme**, Paris, 1992, p. 124.

para conquistá-lo, assegurando-lhes que seus atos jamais serão em vão. É uma escola de força de vontade, entusiasmo e pensamento coletivo. Abre novas perspectivas e esperanças para um anarquismo que esteve durante tanto tempo fechado em si mesmo. Que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo - isso fará com que seu trabalho se torne ainda mais produtivo e mais decisivos os golpes que aplicarem contra o regime social."[23]

Apesar do impasse criado entre anarco-comunistas e sindicalistas revolucionários, o lugar de luta e de resistência da classe trabalhadora, já estava definido para estes últimos. Um lugar que por preencher três requisitos básicos foi considerado por excelência legítimo do operariado: primeiro, por congregar os indivíduos em conformidade com a sua posição no interior das relações capitalistas de produção, isto é, como simples vendedores de força de trabalhos; segundo, por dedicar-se unicamente à luta econômica, no campo imediato das relações de produção - a fábrica (seja combatendo por melhorias parciais, seja combatendo para o fim do capitalismo); e terceiro, por servir-se do método da ação direta.[24]

O sindicato era, nesse sentido, o espaço único e potencialmente revolucionário da classe trabalhadora. A ele cabia realizar a *dupla tarefa* de preparação da classe trabalhadora em direção à greve geral[25] expropriadora da

---

[23] WOODCOCK, George (org). Apud BERGANTON, Glaucia. **Gigi Damiani: um anarquista no Brasil**, Monografia, UNICAMP, Campinas, 1996, p.p. 29-30

[24] MAGNANI, Silvia L. op. cit., p.p. 96-97

[25] A greve geral, enquanto estratégia exemplar de ação direta, provavelmente teve as suas origens na segunda metade do século XIX, durante o tempo em que realizava o 3° Congresso da Internacional, realizado em Bruxelas, em setembro de 1868. Neste congresso discutia-se a greve geral como um método de luta contra os governantes que financiavam a guerra. Logo no ano

classe burguesa, bem como lutar por melhores condições de vida e de trabalho para o operariado. Assim, ao mesmo tempo que o sindicato se preocupava com a revolução, ele também se preocupava com as melhorias imediatas, as chamadas lutas cotidianas, por aumento de salário, diminuição das horas de trabalho, etc. O sindicalismo revolucionário portanto - e aqui reside a sua novidade -, introduz a noção e prática políticas do reformismo caminhando lado-a-lado com a revolução.

Mas qual o elo de ligação, ou melhor, qual a função que iria fazer com que o sindicato realizasse de forma satisfatória essas duas tarefas, que nem sempre são compatíveis uma às outras? A resposta é simples, tratava-se da **ação direta**. Era ela, a ação direta, na medida em que constituía e instituía essa dupla tarefa, que, segundos os sindicalistas revolucionários, acabava permitindo ao sindicato realizar a passagem do reformismo à revolução. Além do que, a ação direta ao permitir que os trabalhadores (re)criassem, à sua maneira, toda e qualquer forma de resistência no seu dia-a-dia, acabava por transformá-los nos próprios agentes da revolução (noção de "ginástica revolucionária")[26].

Podemos dizer que esta concepção, genuinamente anarquista, veio sendo delineada desde o século XIX, quando por meio das obras de Proudhon - apesar de todas as controvérsias - encontramos as primeiras expressões da doutrina anarquista. Proudhon ao efetivar sua crítica a todas as formas de poder representadas pelos governos monárquicos, aristocráticos e até mesmo democráticos, acabou por reconhecer a necessidade de sua negação. Pois, segundo Proudhon, a maneira pela qual foi sendo construída historicamente a atividade política, e, principalmente, o modo como essa atividade foi sendo admitida ao longo do tempo pelo conjunto das sociedades, terminou por transformá-la em algo instintivo, logo presumível. *"A idéia de governo é*

---

seguinte, a idéia da greve geral já aparecia como um meio revolucionário nas discussões da secção belga da Associação Internacional do Trabalho (AIT). O seu primeiro propagandista, parece ter sido o francês Joseph Tortelier. In.: LOPREATO, C. S. R. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1997, p. 9.

tributária dos costumes tecidos na esfera da família como embrião do estado. Assim, fincando-se na esfera privada, a idéia de Estado pôde aparecer como natural à sociedade assim como a subordinação entre o pai e suas crianças"[27].

Portanto, a hierarquia social tal como foi concebida pelos primeiros homens, era para esse pensador, nada mais do que a própria *"autoridade em ação"* canalizada pelo governo. Neste contexto, uma outra concepção de ordem social que viesse a negar todas as formas de poder, de autoridade e por conseguinte, de governo, necessitava ser posta em prática. Destarte, a anarquia, como pretendeu Proudhon, veio no sentido de construir e efetivar essa negação. Por outro lado, a ação direta, enquanto parte indissociável do pensamento político anarquista, ao potencializar no indivíduo a necessidade premente de agir por seus próprios meios, dispensando desse modo, a ajuda de intermediários ou de representantes, acabou por introduzi-lo no campo da liberdade; onde sua vontade reina absoluta.

Edgar Leuenroth, um dos mais expressivos representantes do sindicalismo revolucionário no Brasil, ao fazer um pronunciamento a respeito da apresentação de seu nome como candidato a deputado nas eleições parlamentares de 1918, explicitou claramente o significado que tinha para os anarquistas a questão da não representatividade das vontades individuais:

> *" como libertário, não aceito a ação parlamentar, que implica na delegação de podêres, o que constitui séria divergência doutrinária com o anarquismo. É em obediência a êste sábio critério que os libertários, arrostando dificuldades sem conta, lutam incessantemente no sentido de conseguir que cada elemento do povo, libertando-se da mentalidade*

---

[26] Cf. SEIXAS Jacy Alves., op. cit.

[27] Cf. Proudhon, In. SEIXAS, Jacy Alves. **Indivíduo, Liberdade e Solidariedade: reflexões**

messiânica imperante, tornando senhor de si mesmo, constitua uma unidade ativa na vida social, agindo em causa própria no patrocinio dos interêsses que, sendo seus, estão em harmonia com os da coletividade".[28]

Seguindo a mesma vertente da ação direta no pensamento político anarquista, a *"ginástica revolucionária"* trouxe consigo a idéia de que só se aprende a ser revolucionário aquele que se exercita. Um exercício que deveria ser feito todos os dias, não importando a sua envergadura. Portanto, *"é na luta que se aprende a lutar"*. Nestas breves palavras proferidas por Neno Vasco - português que chegou ao Brasil por volta de 1900 -, a noção do que vinha a ser *"ginástica revolucionária"* para os sindicalistas revolucionários como ele, encaixa-se perfeitamente. O que realmente importava, era que o trabalhador, por meio de suas ações, aprendesse a ser autônomo; a agir por si mesmo, sem recorrer a intermediários ou a *"salvadores"* (a burguesia, o Estado...).

Ao passo que os trabalhadores fossem construindo e exercitando a sua autonomia, os mesmos estariam mais propensos a se transformarem num contra-poder operário. Em outras palavras, o que os sindicalistas revolucionários estavam querendo dizer, era que se os trabalhadores, por meio de suas próprias ações, conseguissem um aumento salarial aqui, uma redução de jornada de trabalho ali, ou qualquer outra vitória, por menor que ela pudesse representar, isso no final das contas, acabaria por prepará-los para a vitória maior.

Ou seja, a partir do caráter transitório destas *"pequenas"* conquistas, é que se chegaria à transformação de fato, qual seja, a revolução. Portanto, a revolução não se daria por um passe de mágica, como se o sindicato (ou qualquer outra instituição operária) pudesse de uma hora para a outra tirar um

---

sobre a formação do pensamento anarquista (Proudhon e Kropotkin), xerox, p. 8

[28] LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo: roteiro da libertação social**, Rio de Janeiro, Editora

coelho da cartola. A revolução que poria fim aos demandos do Estado e dos patrões, teria que ser realizada necessariamente pelos próprios trabalhadores, e isso supunha um aprendizado de energia e autonomia que se enraizava no cotidiano mesmo das lutas operárias.

No Brasil, os militantes anarquistas que acreditavam residir no sindicalismo a essência da organização e da ação operária, se auto denominaram anarquistas sindicalistas. Porém, é interessante observar que com relação ao tema do exclusivismo sindical, os sindicalistas revolucionários aqui no Brasil, apesar de tê-lo aceito, concebiam-no com certas reservas. O sindicato, nesse sentido, formaria apenas um elo de ligação que contribuiria na passagem daquela sociedade para uma outra, isto é, a passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista livre.

O sindicato da forma como era constituído na sociedade capitalista, deveria sofrer profundas transformações com o advento da sociedade comunista livre. Possivelmente, ele se constituiria em meio a uma multiplicidade de pequenos grupos: *"o grupo profissional para a produção essencial, para os serviços públicos (alimentação, vestuário, alojamento, transporte, comunicações, saúde, instrução, iluminação, etc.); o grupo de afinidades para a satisfação das necessidades intelectuais, estéticas e morais; a livre Comuna, ou União local, para os interêsses locais, estatística, determinação do consumo, distribuição. E as multíplices federações livres, locais, regionais, mundiais, de sindicatos, de grupos por afinidade e de comunas"* .[29] Portanto, o sindicato não reinaria num espaço vazio, onde ele seria o senhor absoluto de tudo. Com ele estariam também as diferentes correntes de pensamentos, que, precisamente por não comungarem das mesmas opiniões, precisavam ser ouvidas e respeitas, caso contrário, o sindicato seria uma outra forma de servidão.

A atuação destes militantes no movimento operário brasileiro, e

---

Mundo Livre, 1963, p.p. 54-55.

[29] VASCO, Neno, op. cit., p.p. 89 - 90.

sobretudo no movimento operário paulista, é verificada desde os primeiros anos deste século, quando na luta pela formação de sindicatos de resistência, eles iniciaram uma verdadeira batalha contra as antigas organizações operárias de cunho cooperativista e mutualista. Para os sindicalistas revolucionários, as organizações que privilegiavam apenas esses quesitos (o mutualismo e cooperativismo) como o centro de suas atividades, em nada contribuíam para a emancipação de seus associados. Era necessário portanto, ir além das reivindicações meramente assistenciais e economicistas para que se pusesse fim à exploração capitalistas a que estavam todos submetidos.

De acordo com as idéias dos sindicalistas revolucionários, as organizações mutualistas e cooperativistas significavam um entrave à resistência operária. Ao passo que promoviam tão somente melhorias econômicas na vida dos trabalhadores, elas acabavam por facilitar ainda mais a exploração capitalista. Os operários, por outro lado, ao serem submetidos à *"lei do menor esforço"*, estariam mais propensos à resignação e à passividade; o que de certa forma, contribuiria para a perpetuação do regime capitalista burguês:

> *"Enquanto o operariado se limita ao mutualismo, tirando dos seus magros recursos precárias economias para as ocasiões de doença, desgraça, invalidez ou desocupação, ainda que lhe junte o cooperativismo, na esperança de aumentar o seu poder de compra e cortar nos ganhos do parasitismo intermediário, as melhorias de situação, que sob o jugo capitalista são sempre transitórias e inseguras para êle, tornam-se então inteiramente ilusórias. (...)*
>
> *(...) a associação mutualista ou cooperativa tende naturalmente para a adaptação do salariado ao regime burguês, favorecendo mesmo a submissão às condições*

impostas pelo patronato.

(...) promovem a criação duma burocracia permanentemente parasitária."[30]

Embora, reconhecesse a existência de sérias controvérsias em torno da questão, e não abrindo mão de críticas severas como as acima, o autor reconhecia que estas organizações possuíam lá os seus méritos. Pois, ao desenvolverem no operariado o espírito da solidariedade, da associação e do gerenciamento, essas organizações acabavam permitindo ao sindicalismo consolidar as suas conquistas, bem como preparavam os produtores para a organização da distribuição, numa futura sociedade comunista livre. Vale ressaltar no entanto, que, para que as organizações mutualistas e cooperativistas realizassem esse duplo movimento, elas teriam que forçosamente, manterem-se afastadas dos burocratas e patronos, sempre de "plantão".[31]

Os sindicalistas revolucionários criticavam ainda os sindicatos corporativistas. Para eles, esses sindicatos estavam dispostos a lutar apenas pela criação e manutenção de privilégios. Procurando estar sempre de acordo com os interesses dos patrões; porque deles obtinham todas as vantagem que solicitavam. Esses sindicatos por não compartilharem os privilégios recebidos dos patrões com as demais categorias de trabalhadores, formavam uma espécie de *"aristocracia do trabalho"*[32]. Um exemplo desse tipo de organização, eram as *trade-unions* inglesas e norte americanas, além das uniões operárias na Alemanha.

Outro tipo de organização que recebia duras críticas dos sindicalistas revolucionários, era o *"sindicato de idéias"*, isto é, aquele sindicato que servia de *"garoto propaganda"* dos partidos políticos ou de grupos ideológicos. Não resta dúvidas, que o alvo a ser atingido, eram os sindicatos

---

[30] IDEM, p. 78.
[31] IBIDEM, p.p. 78-79.

socialistas, que privilegiavam o sindicalismo apenas como um movimento preliminar das grandes transformações sociais, além de associá-lo, é claro, a um partido político.

Portanto, a imagem outrora construída pelos sindicalistas revolucionários do sindicato, foi aquela de algo bastante simples, maleável, sem burocracia ou formalidades, leve, aberto e principalmente, "neutro". Embora a neutralidade sindical seja ainda confundida, muitas vezes com apoliticismo, não é de se espantar que esses militantes a valorizassem tanto. Pois, não eram eles que declararam ser a resistência e a ação direta a função única dos sindicatos? Então nada mais plausível, que o sindicato estivesse aberto a entrada de todos os trabalhadores, não importando a que grupo ideológico eles viessem a pertencer. O sindicato era sobretudo, lugar de resistência, de propaganda, de educação, de ação, de autonomia. A ele não cabia o sectarismo e o autoritarismo, caso contrário, deixaria de ser um grupo revolucionário para ser tão somente um grupo político.[33]

O pluralismo de idéias é então aqui evocado, mais para unir forças e assim traduzir as ações em fatos, do que para nivelar as diferentes tendências e assim arrebanhar um número maior de associados: *"um sindicato todo de anarquistas num dado momento, se é 'avis rara', ainda se concebe, porque os anarquistas estariam ali como trabalhadores; mas um 'sindicato anarquista' seria uma contradição, ao menos na aparência".*[34]

Diante do exposto, a constituição de um sindicato era muito fácil. Para tanto, necessitava o grupo que tomou a iniciativa de formá-lo, reunir-se e encarregar um indivíduo ou uma comissão, para elaborar um projeto de estatutos; que depois de pronto, teria que necessariamente, ser discutido em assembléia geral por todos aqueles trabalhadores que quisessem se agremiar. Em geral, o estatuto deveria conter os seguintes pontos:

---

[32] ID IBIDEM, p. 63.
[33] Jornal **A Terra Livre**, n° 43, 04/agosto/1907.

"1° - FINS DO SINDICATO:

a) immediatos, o melhoramento das condições presentes; a propaganda associativa, a educação.

b) a emancipação integral do trabalhador.

2° - A não participação do sindicato na luta dum partido político.

3° - A não admissão de patrões e pelo menos a exclusão da administração dos que têm compromissos com os patrões, sendo seus empregados de confiança, como os contramestres; exclusão rigorosa, igualmente, de políticos profissionais. Só poderão fazer parte do sindicato os salariados emquanto exercerem o seu ofício, salvo caso desocupação forçada.

4° - Porta fechada aos funcionários pagos. Quando o sócio perde horas de trabalho em serviço do sindicato, deve receber como indenização unicamente o que ganharia em média exercendo o seu ofício; mas isso apenas quando e em quanto o serviço do sindicato é incompatível com o exercício da profissão.

5° - Uma administração reduzida a sua mais simples expressão: um secretário (ou mais, se o exigir o serviço) e um tesoureiro; quando muito alguns conselheiros e revisores de conta. Estas funções são puramente administrativas, e não diretivas; trata-se dum serviço, dum trabalho a executar segundo um encargo dado e aceito e escrupulosamente cumprido. Estes funcionários não mandam mas trabalham; não impõem idéias ou vontades próprias, mas executam resoluções tomadas.

---

[34] IDEM.

> *Devem ser substituídos com freqüência, não só porque estas funções são um encargo e não uma honra ou um privilégio, mas também porque contribuem para a educação dos operários.*
>
> *A estes pontos podem juntar-se outros que variam segundo as circunstâncias: instituições de biblioteca, de escolas profissionais, de obras de propaganda, etc."*[35]

Ao lado dos sindicatos, os jornais significaram um dos meios mais eficazes de esclarecimento e de divulgação, tanto da doutrina anarquista, quanto das táticas a serem implementadas pelos trabalhadores, na luta contra a exploração capitalistas. Nesse sentido, o jornal funcionava como uma via educativa onde eram divulgados e sugeridos diversas revistas, boletins, livros e folhetos que deveriam ser lidos pelos operários. Nestes anúncios constavam minuciosamente os locais onde esses materiais poderiam ser encontrados: bibliotecas, centros de estudos ou postos de vendas. Conjuntamente, eram divulgados o endereço, horários de funcionamento, preços e taxas (caso esses materiais fossem adquiridos pelo reembolso postal).[36]

As notícias veiculadas nos jornais eram bastante diversas: debatiam a opressão e exploração sob os trabalhadores no campo e na cidade, a emancipação da mulher, a imigração, o trabalho infantil, a truculência do Estado e a organização do movimento operário em diversas partes do Brasil e do mundo. Traziam também artigos que discutiam os aspectos teórico do anarquismo; assim, autores como Malatesta, Kropotkin, Pouget, Neno Vasco, Edgar Leuenroth, entre vários outros autores, estavam sempre presentes. Havia espaço ainda para a divulgação de denúncias, reclamações, solicitações, comícios, festas, festivais,

---

[35] VASCO, Neno. "Fundação do Sindicato", **A Terra Livre**, n° 3, 07/ fev./1906.
[36] SFERRA, Giuseppina. op. cit, p. 21.

encontros, etc..

Como se pode notar, pela diversidade de temas apresentados nos jornais, os anarquistas estavam convictos de que o melhor caminho para a transformação daquela sociedade seria o de despertar primeiramente a consciência do trabalhador pela educação e propaganda de suas idéias. Neste caso, nada mais plausível do que investir naquele veículo de tão longe alcance. Assim, foi que as diferentes correntes de pensamento anarquista, com o objetivo de divulgarem as suas idéias e as suas estratégias, articularam-se em torno dos jornais, para fazerem deles os seus principais pontos de apoio.

A tendência sindicalista revolucionária em São Paulo, formou-se primeiramente, em torno do jornal *O Amigo do Povo*, que foi o primeiro jornal anarquista desta cidade a ser editado em língua portuguesa, e a ter uma publicação regular. Durante os seus três anos de existência (1902, 1903 e 1904), o grupo editor[37] do jornal *O Amigo do Povo,* conseguiu editar 63 números. A freqüência variou entre uma semana e quinze dias e o número de páginas entre três e quatro. Não tinha um preço fixo, quem quisesse adquiri-lo, pagava segundo sua vontade ou possibilidade, podendo ainda, adquiri-lo gratuitamente. Era vendido também por assinaturas: cada série de dez números custava 1$000. Em 1903, o jornal passou a ser vendido também pelas rua de São Paulo.[38]

Um outro jornal muito importante para a divulgação do pensamento sindicalista revolucionário, foi *A Terra Livre*, que entre os anos de 1905 a 1910, editou 75 números. Publicado em São Paulo e no Rio de Janeiro[39], *A Terra Livre* teve como principais diretores Neno Vasco, Manuel Moscoso e Edgar Leuenroth.

---

[37] Faziam parto do grupo editor deste jornal os militantes sindicalistas revolucionários: Neno Vasco, Benjamim Mota, Alessandro Cerchiai, Giulio Sorelli, Angelo Bandoni, Juan Bautista Perez, entre outros.

[38] TOLEDO, Edilene T. *Op. cit.*, p.p. 50-51.

[39] *A Terra Livre* foi publicada no Rio de Janeiro de maio de 1907 (n° 34) a julho de 1908 (n°64), devido ao acordo realizado entre o seu grupo editor e o do jornal carioca *Novo Rumo*. O diretor do jornal nesta cidade era José Romero. In. RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675 - 1913)**, Rio de Janeiro, Laemmert, p. 106.

Porém, em novembro de 1910, após o regresso de Neno Vasco a Portugal, suas atividades foram encerradas.

Dentre os inúmeros jornais "sindicalistas revolucionários" podemos destacar ainda: *A Voz do Trabalhador* (1908 - 1915), com edições quinzenais oscilando entre 3000 e 4000 exemplares, este jornal, que durante os anos de 1910 a 1912, teve como principais editores Manoel Moscoso e Carlos Dias e como administrador José Romero; *A Lucta Proletária* (1906 - 1908), órgão da Federação Operária de São Paulo, com edições semanais e Julio Sorelli e Manoel Moscoso como principais editores.

O ANARCO-COMUNISMO

> *"Devemos aproveitar* todos *os meios,* todas *as possibilidades,* todas *as ocasiões que nos oferece o meio atual, para agir sobre os homens, desenvolver sua consciência e suas aspirações. Devemos utilizar* todos *os progressos realizados na consciência dos homens, para levá-los a reclamar e impor as maiores transformações sociais atualmente possíveis, ou as que servirão melhor para abrir caminho aos progressos ulteriores"*[40]

Embora até mesmo os militantes sindicalistas revolucionários, aqui no Brasil, aceitassem com certas reservas o caráter exclusivistas dos sindicatos, será por meio da fala e das atitudes dos militantes anarco-comunistas, que esta problemática será melhor equacionada, pois os mesmos ao exercerem um contraponto crítico ao sindicalismo[41], acabaram por não compartilharem da idéia de que ao sindicato competia única e exclusivamente, organizar a classe trabalhadora para por fim aos ditames da classe burguesa e do próprio Estado.

No Brasil, a corrente anarco-comunista desenvolveu-se basicamente em São Paulo. O grupo - que tinha como militantes mais expressivos Oreste Ristori, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Alessandro Cerchiai, entre outros

---

[40] MALATESTA, Errico. op. cit., p. 46. (grifos meus)

[41] Expressão utilizada por Jacy Alves de Seixas em **Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire**, Ed. de La Maison des Sciences de L'homme, Paris, 1992.

- surgiu em torno do jornal *Is Risveglio*[42], quando em novembro de 1889, este passou a ser editado por Gigi Damiani. Todavia, o grupo só veio a se firmar em julho de 1904, com o aparecimento do jornal *La Battaglia*[43], o que acabou colaborando para que também fossem conhecido como o "grupo da Battaglia"[44].

Para os anarco-comunistas, o sindicato - enquanto instituição exclusiva - jamais poderia cumprir a função de destruir o capitalismo, pois ao privilegiar os seus interesses corporativos, ou no limite, lutar por reformas estritamente econômicas, terminaria por sustentar o próprio capitalismo:

> *"Attendendo de preferência os interesses dos operários agremiados, o syndicalismo reconhece e defende a série de categorias creadas pela divisão e especialização*

---

[42] O jornal *Il Risveglio* foi fundado em São Paulo em 09 de janeiro de 1888 e teve como principais redatores Alfredo Mari, Augusto Danatti, Gigi Damiani e Benjamin Mota. Por razões financeiras sua prublicação foi interrompida em 15 de maio de 1899, depois de 46 números publicados.

[43] O semanário *La Battaglia* foi fundado em São Paulo, no mês de julho de 1904 por Oreste Ristori. Em 1907, o jornal tinha em média uma tiragem de 3500 exemplares, e já em 1908 esse número alcançou a cifra de 5000 exemplares. Segundo notícia veiculada no próprio jornal (nº 201 de 31/01/1909), sua distribuição era bastante difundida no país, chegando a ser distribuído também na capital da Argentina e do Uruguai: em São José do Rio Preto (SP) era distribuído por Alberto Nardini, em Juiz de Fora (MG) por Andrea Taucci, em Uberaba (MG) por Orlando Persotti, em Ponta Grossa (PR) por Pietro Colli, em Porto Alegre (RS) por Matteo Carreta e no Rio de Janeiro por Silvio Pezzaglia. Era ainda distribuído nas cidades de Belém (PA) e Manaus (AM). - In: ROMANI, Carlo - **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**, dissertação de mestrado, UNICAMP, 1998, p. 149.

O notável trabalho realizado por Alessandro Cerchiai (redator), Angelo Bandoni e Gigi Damiani (colaboradores), entre outros, fez com que as páginas do *La Battaglia* se transformassem num lugar privilegiado de debate entre as diversas tendências libertárias, além é claro, do imenso trabalho de divulgação do pensamento anarquista e das séries de abusos praticados pelos capitalistas contra os menos favorecidos.

[44] No relatório enviado em 30 de junho de 1909 ao senhor Luigi Bruno (ministro da Itália em Petrópolis - Rio de Janeiro), pelo então Comissário de Segurança Pública, Cesare Alliata Bronner, funcionário do serviço especial de vigilância junto ao consulado italiano em São Paulo, o grupo La Battaglia foi assim descrito: "Grupo da 'Battaglia', dirigido pelo conhecido anarquista Oreste Ristori, diretor proprietário do jornal do mesmo nome e por seu companheiro intimo A. Cerchiai. Compõe-no numerosos tipógrafos e metalúrgicos e algumas de suas mulheres. Formam o núcleo mais intelectual, realizam-se ali freqüentes discursos de Ristori, de Cerchiai, de Damiani, de Sorelli, de Boni, e outros, para fins de propaganda para angariar fundos para o jornal e para subscrições de solidariedade. Os filiados dispõe de meios discretos, sendo quase todos operários, que ganham de 7 a 10$000 (réis) por dia! Por isso pouco perigosos". - In:

capitalista do trabalho.
Não considera que os operários assalariados representam classes privilegiadas e, ainda, por gradações estabelecem desigualdades irritantes.
Os syndicalistas melhor remunerados não se lembram de que enquanto elles trabalham e gozam relativa fartura, a multidão dos mal-pagos soffre toda sorte de privações"[45]

Isto posto, fica nítido o porque dos anarco-comunistas terem batido de frente com aqueles que acreditavam que o sindicalismo bastava a si mesmo. Ou seja, que seria suficiente os trabalhadores reunirem-se em sindicatos e lá forjarem as condições necessárias à revolução. Um projeto revolucionário deveria fundamentalmente ir mais além. Ele não deveria estar preso a esta ou aquela organização política, a este ou aquele grupo.

Um projeto revolucionário que ambicionasse a expropriação, e consequentemente, o fim da classe burguesa e do Estado, deveria estar calcado em bases mais firmes. Nesse sentido, o mesmo não deveria residir apenas naquela classe considerada por excelência revolucionária, isto é, o proletariado industrial. Pois **todos**, à medida que passam a estabelecer os seus próprios meios de resistência e atuação, terminam por se transformarem em potenciais revolucionários. A esse respeito, escreve Malatesta:

"O nosso ideal não é daqueles cuja plena realização depende do indivíduo considerado isoladamente. Trata-se de mudar a maneira de viver em sociedade; de

TOLEDO, Edilene T., op. cit., p. 45. (grifos meus).
[45] CARVALHO, Florentino. **Da escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento**

> *estabelecer entre os homens as relações de amor e de solidariedade;de alcançar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual. E isto, não para um indivíduo isolado, não para os membros de uma certa classe ou de um certo partido, mas para todos os seres humanos. Esta transformação não é uma medidada que se possa decretar e impor pela força, mas deve surgir da consciência esclarecida de cada um, para entrar na ordem dos fatos pelo livre consentimento de todos"*[46].

Assim, é possível perceber que na recusa do exclusivismo sindical os anarco-comunistas estavam recusando, também, toda e qualquer forma de exclusivismos. Neste contexto, Ugo Fedelli[47] afirma que é exatamente essa a razão, que permitiu que os anarquistas não se dirigissem apenas à classe operária, pois do contrário, os mesmos estariam não só limitando o seu campo de atuação, como também restringindo a luta, no que dizia respeito apenas, ao interesse pelos conflitos sociais.

Portanto, procuraram sempre atingir com suas críticas, todas as espécies de sujeições, sejam elas econômicas, religiosas, políticas ou morais. Na luta contra o fim do capitalismo e do Estado, não bastava o enfrentamento de uma classe contra a outra. No máximo, o que poderia acontecer, seria o triunfo de uma sobre a outra, o que de maneira alguma, segundo os anarco comunistas, resolveria o problema da liberdade e da igualdade entre os homens.

É sim, tarefa dos anarquistas conduzirem os trabalhadores a

---

da igualdade social, Renascença, Porto Alegre, 1927, p. 98.

[46] MALATESTA, Errico. *op. cit.*, p. 43.

[47] FEDELLI, Ugo. "Luta de classe ou luta humana?" In: LEUENROTH, Edgar. op. cit. p.p. 51-54.

pensarem e a agirem não somente enquanto trabalhadores, mas principalmente, enquanto homens. Pois o que estava em disputa na luta anarquista para a conquista de um mundo novo, era a própria força das idéias. Os homens, nesse sentido, são unidos ou se dividem, talvez mais pela comunhão das idéias que professam, do que pelos interesses mútuos. *"E é talvez nêsse fenômeno que poderemos achar as razões da tragédia do sindicalismo, porque, mesmo entre os operários que exercem o mesmo mister, trabalhadores da mesma fábrica e explorados pelo mesmo patrão, mesmo entre êsses as idéias determinam conduta* diferente."[48]

Mas, isso no entanto, não significou que os anarco-comunistas manifestassem um desprezo pelo movimento operário sindical. Eles consideravam sim, legítimo o movimento operário de resistência, entretanto, desprezavam a natureza reformista que caracterizavam a maioria dos sindicatos. Portanto, como afirma Sílvia Magnani, os anarco-comunistas em nenhum momento desconsideraram a importância da organização daqueles que *"nada tinham, nada possuíam além da sua força de trabalho"*, pelo contrário. O anarco-comunista, nesse contexto:

> *"É individualista na ação que pode exercitar mais proficuamente sozinho (...), torna-se organizador, mesmo sem fundar sociedades com programas, regulamentos etc., quando para realizar algo superior às suas forças recorre à solidariedade dos outros (...). A incoerência (...) não é a organização em si, mas o espírito autoritário, que a anima. Ora a organização que o anarquista aceita e na qual desenvolve sua atividade é libertária por excelência, não estabelece renúncias forçosas e disciplina, nenhum poder da*

[48] IDEM.

maioria sufoca as iniciativas individuais, qualquer um pode agir livremente, aceitar ou não um dado princípio, um dado método de luta, uma dada idéia"[49].

Liberdade portanto, de idéias e de ações, caminho aberto tanto para o conteúdo, quanto para as diferentes formas de reivindicação e de organização. Pois, na construção de uma nova sociedade, o homem dependia apenas da sua própria vontade. Uma sociedade organizada de baixo para cima, onde o autoritarismo, fundamentado na dominação de classe, não teria vez. A proposta era portanto, a formação de uma sociedade sem governo, sem poder e autoridade constituídos. Em outras palavras, seria o mesmo que dizer, que na organização política dessa nova sociedade proposta pelos anarco-comunistas, a igualdade, a liberdade e o bem estar deveriam ser compartilhados por **todos**, mediante a organização voluntária ou o livre acordo entre os indivíduos.

Para tanto, o regime burguês deveria ser destruído em sua totalidade. Não restando dele nenhum resquício que pudesse por em perigo a construção da nova sociedade. O capitalismo, nesse sentido, deveria ser minado pela base, ou seja, acabar com a moral, a ética e a cultura que o alicerçava. Mas, para isso, fazia-se necessário:

"1° - A abolição da propriedade capitalista ou estatista, da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meios de viver explorando o trabalho dos outros, e que todos, assegurados os meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente uns com os outros,no interesse comum e de

conformidade com as simpatias pessoais.

2° - Abolição do Governo e de qualquer poder que faça leis para lançá-las aos outros; portanto, abolição das monarquias, das repúblicas, dos parlamentos, dos exércitos, das polícias, das magistraturas e de toda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e punir.

3° - Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme a vontade de seus componentes, guiados pela ciência e pela experiência, e libertas de toda a obrigação que não se originar da necessidade natural (à qual todos de bom grado se submeterão quando lhe reconheçam o caráter inelutável).

4° - A todos garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem estar, particularmente às crianças e a todos os que são incapazes de prover à sua subsistência.

5° - Combate, pelo esclarecimento, pela difusão dos conhecimentos científicos, a todas as religiões e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até aos graus mais elevados.

6° - Combate às rivalidades e preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos.

7° - Integração da família, de tal modo que ela resulte

[49] La Battaglia, n° 131, 23/jul./1907 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit., p. 86.

da prática do amor, fora de toda pressão legal, de toda a opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso".[50]

Para os anarco-comunistas, a sociedade do jeito como estava organizada, ou seja, entre exploradores e explorados, servia apenas para o deleite da classe burguesa, que por sua vez, contava com todo o apoio do Estado. Este, na tentativa de encobrir as desigualdades sociais imperantes, assumia por meio da coerção, a responsabilidade de garantir não só a perpetuação da dominação burguesa, como também, muito das tentativas de resolução do conflito entre o capital e o trabalho.

A coerção poderia ser tanto legal quanto moral, ou seja, era o Estado quem criava e mantinha a polícia, o exército, e a leis (coerção legal) no sentido de fazer prevalecer por meio da força, os privilégios e interesses da classe burguesa. Assim, como era também o Estado, quem inculcava na mente dos oprimidos toda uma sorte de quesitos morais, com a intenção de torná-los mais dispostos à mansidão e à obediência; bem como, mais propensos a considerarem as desgraças da própria vida como sendo o resultado direto de um mau governo; e que por isso mesmo, poderiam ser resolvidos com o estabelecimento de um outro governo, bom e justo.[51]

Era a propagação feita pelo Estado de valores exteriores à classe trabalhadora. E, cujo objetivo seria o de enraizar no pensamento desta última a crença de que aquela onda de miséria na qual se encontravam logo passaria, caso entregassem a sua sorte nas mãos dos políticos; a fim de que estes os representassem de forma ordeira e pacífica, junto aos patrões e a todas as instituições governamentais. Desse modo, queriam que os trabalhadores

[50] MALATESTA, Errico. op. cit. p.p. 39 - 40.
[51] La Battaglia, n° 291,05/fev./1911 Apud MAGNANI, Silvia L. op.cit., p.p. 70-71

permanecessem em seus devidos lugares, ou seja, que não se embrenhassem por caminhos que não lhes diziam respeito, mas sim à classe burguesa.

Nesse sentido, os anarco-comunistas se autoproclamaram contrários a todas as formas de opressão (Estado, Leis, Igrejas, Partido Político, Exército...), que de uma maneira ou de outra, contribuíam para o cerceamento das liberdades e vontades do indivíduo. A crítica era dirigida, neste caso, a todas as formas de representatividade política. Pois, segundo eles, não se devia *"confiar a própria liberdade e a própria vida ao arbítrio do primeiro patife, que, com as mais estranhas promessas, pede (ao eleitor) o voto para governá-los (...). Votar não é apenas renunciar à própria vontade, mas também ao direito à vida, pois que, quando os senhores eleitos fazem as leis, pensam em reforçar o seu poder, para exercitar com maior segurança a exploração dos próprios semelhantes"*.[52]

Ao delegar sua liberdade pessoal a terceiros, o indivíduo acaba por perder uma ótima chance (talvez a única) de reivindicar e lutar por seus direitos. Ao passo que o indivíduo se deixa representar, ele termina por legitimar toda a exploração que o capitalista e o Estado exerce sobre ele. Emancipar-se através de um sistema representativo, é segundo os anarco-comunistas, uma grande farsa, pois, *"em regime burguês não se conquista nada, nem de uma só vez, nem pouco a pouco"*.[53]

A força que cada indivíduo carrega dentro de si, no sentido de fazer respeitar não só a sua vontade, como também, a de outrem, certamente não seria suficiente para a transformação de todo o corpo social, todavia, ela poderia contribuir sobremaneira para que cada ser humano se desenvolvesse segundo as suas próprias convicções. Que em nome de uma paz e de uma harmonia social, os homens não tivessem a sua liberdade cerceada pelos próprios homens. Fazer valer uma vontade pessoal, não deveria ser privilégio deste ou daquele indivíduo, mas de todos aqueles que acreditam que uma sociedade só será livre, se antes, a

[52] La Battaglia, n° 325, 08/out./1911 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit., p. 75.
[53] La Battaglia, n° 79, 18/maio/1906 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit., p. 72.

mesma for constituída por indivíduos também livres.

Face ao exposto, como é que se daria então para os anarco-comunistas o fim da sociedade burguesa, ou melhor, como é que deveria ser encaminhado o processo revolucionário? Quais eram as suas táticas, suas estratégias, suas ações? Aqui , mais uma vez é voz corrente na historiografia que trata do movimento operário no Brasil, declarar que os anarquistas, e mais precisamente os anarco-comunistas, não possuíam, ou até mesmo, não declararam de uma forma explícita, o modo como deveria ser destruída a sociedade burguesa. Convém dizer, no entanto, que eles realmente não possuíam nenhuma receita, nenhuma fórmula mágica que pudesse, num só instante, abolir com tudo aquilo que fora edificado durante anos para oprimi-los. Não se põe fim ao Estado, às leis, à polícia, à religião... da noite para o dia; tão pouco se acaba com aquilo que não temos consciência de sua existência para nos oprimir.

Os anarco-comunistas possuíam não só os seus meios e métodos de luta, como também um projeto de reorganização social. No entanto, os mesmos poderiam ser modificados ou alterados no transcorrer da própria luta. Nada estava posto como fixo, imutável. Cabia aos próprios agentes da revolução decidirem o que melhor lhes conviessem. Não se trata portanto, de impor precedentes, assim, eles *"deixam ao indivíduo - seja como produtor, seja como consumidor - liberdade completa (...). Jamais sonharam estabelecer o que o indivíduo deve fazer, deve dizer, deve pensar"*.[54]

Qualquer meio que estivesse ao alcance dos indivíduos poderia ser utilizado para se chegar à revolução anárquica. Pois, seria por meio da ação direta e espontânea de cada indivíduo em particular, que se forjaria as condições necessárias para o fim do capitalismo. Pregavam ainda, *"que o indivíduo se interesse diretamente pela luta, pela própria independência e não que abdique em mãos alheias o próprio direito (...). Nós queremos que os grupos e os cidadãos, (...) fora do âmbito da legalidade, transformem o ambiente (...) com o*

uso amplo da organização espontânea, fora do autoritarismo".[55]

Para tanto, os anarco-comunistas se valeram de várias táticas, dentre elas estava o boicote de determinados produtos de consumo, ou de todos os produtos de uma mesma fábrica. Procuraram por meio desta ação amedrontar os fabricantes, e com isso, fazê-los recuar não só em suas intransigências para com seus operários, como também, fazê-los recuar num possível aumento abusivo de preços. Mas, para que o boicote fosse realizado com sucesso, era necessário o apoio tanto da opinião pública em geral, quanto daqueles que participavam diretamente na produção do bem a ser boicotado.

Para isso, os militantes anarco-comunistas reuniam-se à porta da fábricas, e lá, juntamente com os outros trabalhadores, propunham a realização do boicote. Foi precisamente com esta intenção, que, em 1907, Oreste Ristori conjuntamente com outros operários propôs um boicote aos produtos do Moinho Matarazzo em São Paulo:

> *"Não comprem os produtos da casa Matarazzo, que são uma porcaria inominável. Todos os seus produtos são um atentado permanente à saúde pública. Não os comprem!*
>
> *Boicotem, preguem de santa razão aqueles comerciantes que os vendem! Já, quase todos os clientes do interior devolveram a mercadoria. O seu moinho que funcionava sem trégua dia e noite, não trabalha agora mais que dois ou três dias por semana. Ninguém mais quer a sua farinha. É esta a melhor lição que a gente honesta e de coração está dando ao maior biltre da colônia italiana.*

[54] La Battaglia, n° 171, 07/jun./1906 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit.,., p. 81.
[55] La Battaglia, n° 301, 09/abr./1911 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit., p.81

Guerra, portanto, à casa Matarazzo".[56]

Apesar de ser considerada como um meio de ação direta, e ser bastante utilizada, os anarco-comunistas não consideravam que as greves fossem, por si só, as responsáveis pelo fim do capitalismo. E isto tinha uma razão de ser para eles, pois o fato das reivindicações dos grevistas não ultrapassarem quase nunca o campo econômico, isto é, que a reivindicações fossem apenas por aumento de salário, por redução da jornada de trabalho ou por qualquer outra melhoria econômica; faziam das greves apenas um paliativo, que servia apenas para amenizar, mas jamais para por fim ao conflito capital x trabalho. Além do que, a tendência seria a de que os patrões, para não se verem no prejuízo, se utilizassem das *"conquistas"* obtidas pelos trabalhadores por ocasião de uma greve, para aumentarem ainda mais o preço de suas mercadorias, e assim, aumentarem as suas próprias margens de lucro.

A greve, segundo os anarco-comunistas, só teria eficácia caso ela fosse acompanhada de uma expropriação da classe burguesa, pois do contrário, ela poderia até mesmo, servir para o reforço do capitalismo. Assim, foi que quando da realização, em São Paulo, da greve pela jornada de 8 horas de trabalho, em maio de 1907, os anarco-comunistas lançaram um documento declarando ser contrários às greves pelos seguintes motivos:

> *"1° - As greves parciais, não obstante poderem, através de uma ação enérgica, trazer melhoramentos a categorias especializadas de operários (...), são quase sempre danosas para os braçais e os ditos sem ofício, que podem facilmente serem substituídos por crumiros.*
> *2° - No Brasil, dadas as condições atuais de trabalho e*

[56] "Guerra a Matarazzo" In. **La Battaglia**, n° 129, 14/jul./1907 Apud ROMANI, Carlo op. cit., p.p. 155-156

a agiotagem exorbitante dos capitalistas (...) é ainda possível impor aos patrões uma redistribuição mais adequada da mão-de-obra, mais para conseguir este melhoramento é necessário um forte movimento revolucionário direto das massas, que seja tal a colocar em risco a segurança financeira dos patrões e também a sua pele".[57]

Todavia, os anarco-comunistas consideravam também, que as greves parciais poderiam ter lá o seu valor, pois, à medida que as greves permitiam aos trabalhadores expressarem todo o seu inconformismo diante da exploração dos patrões, ela acabava por despertar nesses mesmos trabalhadores, o desejo e a consciência da necessidade de união e solidariedade uns para com os outros. Nesse sentido, é que os anarco-comunistas jamais irão se furtar em dar o seu apoio nas greves realizadas em São Paulo nos anos de 1907 e 1917; chegando até mesmo a se envolverem diretamente na articulação, organização e difusão destas greves.

Além do boicote e das greves, as denúncias contra as condições de trabalho nos principais jornais e revistas, serviram para que os anarco-comunistas manifestassem todo o seu inconformismo, diante das contradições apresentadas pelo sistema capitalista; onde um pequeno número de proprietários, era quem comandava e explorava até o limite das forças, uma grande maioria de pessoas. Com isso, pretendiam chamar a atenção das pessoas, para que elas, ao se verem representadas diante daquele tipo de denúncia, reagissem, e tomassem uma atitude, no sentido de se livrarem de tamanha humilhação.

Quando as denúncias se referiam à exploração do trabalho infantil (que foram muitas), eles queriam sensibilizar os pais para que eles não

[57] La Battaglia, n° 121, 07/maio/1907 Apud MAGNANI, Silvia L. op. cit., p. 117.

mandassem os seus filhos menores para o mercado de trabalho, e assim, contribuíssem para o rebaixamento tando do valor da força de trabalho, quanto no desenvolvimento físico de seus filhos. Assim, denúncias como a abaixo, certamente cumpria o seu papel, se não o de mobilizar, ao menos de chocar os leitores:

> *"Na Villa Prudente existe um fabricante de sabão, certo Annibale Pepe, que não emprega ninguém além de meninos, e os explora indiganamente.*
>
> *Nesta fábrica os moleques trabalhadores são expostos à morte. O local é úmido, insalubre: a jornada de trabalho é de 12 ou 13 horas.*
>
> *A morte que espera estes pobres meninos é uma morte lenta, um lento desfazer do seu organismo: a umidade, a fadiga exagerada e contínua durante um horário superior àquele a que são submetidos geralmente os homens, esgota as crianças, lhes atrasa o desenvolvimento físico, o seu sangue perde cada força de resistência, e cedo ou tarde depois a 'a queda' e as 'recaídas' se tornam homens imperfeitos, doentes, que caem como folhas secas ao primeiro soprar do vento.*
>
> *Mas - dirão vocês - e os pais desses meninos não se preocupam com nada? Eles são pobres diabos carregados de família, cheios de miséria, e a miséria quebra as fibras mais fortes, rende os homens velhacos".*[58]

[58] "O trabalho das crianças", In. **La Battaglia**, n° 72, 18/mar./1906 Apud ROMANI, Carlo, op. cit., p. 157

Diante disso, é possível observar que foram através desses tipos de ações, que os anarco-comunistas buscaram uma maior aproximação entre eles e à massa de despossuídos. Até porque, com esse tipo de agitação, eles acabavam insuflando as massas a agirem por conta própria, e assim, colocarem em xeque as bases que sustentavam o sistema capitalista. Como foi dito anteriormente, era o desejo de ter aquela situação de alguma forma revertida. Ou ainda, que a "apatia" e a "inconsciência" extrapolassem os seus limites de representação negativa e atingisse o seu "duplo": a ação.

Porém, despertar as massas daquele estado de "apatia" e "inconsciência", e fazê-la a acostumar-se a reivindicar diretamente os seus direitos, nem sempre significou tarefa das mais simples. A própria militância reconhecia a urgência da causa, entretanto, ela muitas vezes tinha dificuldade em lidar com a heterogeneidade, a falta de coesão, as rivalidades e o desapego às questões sociais que reinavam no meio operário.[59]

No intuito de reverter esse quadro é que os militantes anarco-comunistas se lançaram num amplo e profundo trabalho de educação e conscientização das massas. Para tanto, os canais eram múltiplos e variados. Iam desde a divulgação de livros, revistas, panfletos, jornais, reuniões, palestras e conferências; até as festas, peças teatrais, criação, organização e divulgação de bibliotecas, centros de estudos sociais e escolas. Não havia portanto, um lugar ou um meio específico de divulgação da Anarquia, ela poderia ser feita em qualquer ambiente, mas, desde que fosse respeitada a vontade de cada indivíduo. Portanto, qualquer ação que levasse o indivíduo a aprender por si mesmo a ser consciente e autônomo, além é claro de resistir ao capital, era considerada pelos anarco-comunistas, como sendo legitima e recebendo deles todo o apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Como tentar reger êsses temperamentos diversíssimos pelo mesmo compasso? Como querer julgar nosso vizinho por nós mesmos? Como querer sonhar um padrão, um metro, um código para essa espontânea manifestação de revolta e êsse fremente treinamento, rumo à emancipação?"[60]

Diante da constatação da forte presença de sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas no movimento operário paulista durante a Primeira República, foi que procurei realizar neste trabalho não apenas uma análise, mas principalmente um resgate das propostas libertárias de conscientização e atuação dos oprimidos frente ao capital. Assim, mesmo que estas duas tendências muitas vezes assumissem posições contrárias quanto a melhor forma de encaminhamento da luta anti-capitalista, é certo que ambas procuraram de um jeito ou de outro estar antenadas com o princípio anarquista que visava a emancipação do homem pelo próprio homem.

Ou seja, antes mesmo do homem lutar pela liberdade de outros homens, deve ele primeiramente, conquistá-la para si. Cabe a cada indivíduo em particular tomar as rédeas de sua própria vida, não se deixando tutelar por quem quer que seja. Confiar, portanto, na própria capacidade de ação - direta e

---

[59] LOPREATO, Cristina S. R., *op. cit.*, p. 14.
[60] OITICICA, José - **Ação Direta: meio século de pregação libertária**, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1970, p. 101.

autônoma -, é segundo os libertários, a chave de toda e qualquer transformação. Isto porque *"o anarquismo combate a todo transe o despotismo de qualquer feição, o feitorismo de tôda casta, tudo quanto lembre mandonismo, chefia, canga, subserviência, dominação física, mental ou moral. Assim, repele o regime carcerário do capitalismo, condena a fábrica de doutores, padres, militares, homens vasados num molde único, manequins talhados num só modêlo, manipanços cujo enchimento é a mesma palha sêca. Só o indivíduo conhece os seus caminhos. Impor, ao que pende para o norte, a marcha para leste, é roubar-lhe o destino, a vida, a personalidade".*[61]

Ainda sob este aspecto, escreve Luigi Damiani : *"o anarquismo pode ter tendência individualista, comunista ou coletivista; cristão primitiva; referir-se ao marxismo da primeira ordem; ser ativista, revolucionário, educacionista; pode aceitar ou repelir o fator violência, especializar-se no maltusianismo ou no vegetarianismo; mas , no seu completo, tende a uma única finalidade: a independência moral e física do indivíduo, reforçada e não diminuida pela prática da solidariedade entre todos os seres humanos, próximos ou distante"*[62].

Neste contexto, estas duas tendências, ou ainda qualquer outra tendência anárquica, em nenhum momento representou, sob o ponto de vista de seus militantes, um entrave ao movimento operário brasileiro. Pelo contrário, entendiam que a pluralidade tanto das idéias, quanto das ações políticas e sociais daqueles que atuaram no movimento, deveria ser necessariamente, mantida e preservada. Como afirma José Oiticica[63], a multiplicidade, a independência e as divergências eram, na verdade, o melhor sinal que o militante anarquista poderia dar, no sentido, de que ele acreditava realmente no poder transformador de suas ações.

Demonstrava ainda que mesmo que os problemas fossem comuns à

---

[61] IDEM, p. 96.
[62] DAMIANI, Luigi. "O Anarquismo" In.: LEUENROTH, Edgar, *op. cit.* p. 21.

maioria dos oprimidos (baixos salários; jornada de trabalho extenuante; alimentação, saúde, instrução, lazer e higiene deficientes...), eles não tinham que necessariamente resolvê-los da mesma maneira. Destarte, *"um compraz-se no combate ao clericalismo; outro prefere a edição de panfletos, folhetos, revistas; outro deseja dedicar-se ao anti-militarismo; êste revela-se naturista apaixonado; aquêle sente-se organizador de sindicatos e grupos; êsse outro consagra-se à educação racionalista, etc.; etc. E em cada um dêsses departamentos da atividade acrática, nem todos* sentem *a luta do mesmo modo: um é de natureza moderado, persuasivo, discutidor; o outro é violento, arrebatado, mais ação que palavras, mais fatos que discursos"*[64].

Responder, portanto, aos questionamentos feitos por José Oiticica[65] na epígrafe deste capítulo, talvez não seja tarefa das mais difíceis, uma vez que ela nos remete a pensar que nenhum homem é igual ao outro. E em se tratando de um movimento político como foi o da Primeira República, esta posição fica ainda mais nítida. Pois, diante da diversidade de orientações, pensamentos e ações presentes, acredito ser impossível caracterizá-lo enquanto um movimento homogêneo, descaracterizado de personalidade. Não levar, portanto, em consideração a pluralidade e a individualidade que nele havia, e desse modo, classificar militantes e organizações operárias enquanto categorias genéricas, seria no mínimo, uma tarefa insensata.

Assim, é que parte da historiografia operária - por não compreender muito bem o posicionamento dos anarquistas em privilegiar a ação direta e autônoma dos trabalhadores, e ainda, a sua recusa em participar da política

---

[63] OITICICA, José., op. cit., p. p. 96 - 98.
[64] IDEM, p. 101.
[65] Militante anarquista de tendência anarco-comunista. Nas palavras de Cândido Jucá (filho) - no quinzenário *Para Todos*, Rio de Janeiro, julho de 1957 - José Oiticica foi um poeta bizarro, teatrólogo brilhante, e contista exímio. Fez jornalismo e fez polêmicas destroçadoras. Eram-lhe familiares as Humanidades, conhecia História, Filosofia e Filologia, Matemática e Medicina. Em línguas, não somente cultivou com escrúpulo o Português, como ainda ensinou, além dessa, o Francês, o Latim e o Grego. Foi ainda tradutor. In. RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários**, , Rio de Janeiro, Editora VJR - Editores Associados, 1993, p.p. 33-64.

institucionalizada - acaba interpretando tais atitudes como uma falta de capacidade organizacional dos militantes anarquistas. Nesse sentido, caracteriza o anarquismo como uma teoria utópica, débil; daí o seu fracasso e superação dentro do movimento operário.

No entanto, desconsidera que aquela fora uma opção e não uma imposição. Era a maneira como os anarquistas acreditavam que a luta operária frente a opressão capitalista deveria ser encaminhada. Assim, se se atribui ao movimento operário e anarquista do período um caráter derrotista justamente por ele ter privilegiado a autonomia do trabalhador, ou ainda, pelo fato dele não ter tido um único *locus* de luta - qual seja, o sindicato ou o partido operário - porquê será então, que as doutrinas que possuíam esse único espaço de luta não foram vitoriosas quando de suas tentativas de construção de uma "nova" sociedade?

Longe de combater apenas a exploração econômica, sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas lutaram contra a dominação do homem pelo homem. E nessa luta pretendiam construir uma sociedade onde a liberdade, a igualdade, a autonomia e o respeito mútuo seriam os seus pilares principais. Através de suas atividades surgiram novas perspectivas, caminhos e significados para a luta contra a opressão. E isso muitas vezes é de difícil compreensão, principalmente, para nós que fomos tão acostumados a viver sob a tutela de alguém (Estado, partido, sindicato, escola, família...). Desprender-se daquilo que nos dá "segurança", não é tão simples quanto parece. Todavia, como bem disse Malatesta: tudo dependerá daquilo que sejamos realmente capaz de querer[66].

BIBLIOGRAFIA

BERGANTON, Glaucia. **Gigi Damiani: um anarquista no Brasil**, Monografia, UNICAMP, Campinas, *1996*.

CARVALHO, Florentino. **Da escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social**, *Renascença, Porto Alegre, 1927.*

DULLES, J.W.F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900 - 1935)**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, *1977.*

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 - 1920)**, Difel, São Paulo, 1976.

GOMES, A. ***Anarquismo e anarco-sindicalismo en América Latina***. *Ed.* Ruedo Ibérico, Paris, 1980.

GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo da doutrina a ação**, Editora Germinal, Rio de Janeiro, *1968.*

HALL, Michel e PINHEIRO, Paulo S. - "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controles", **Coleção Remate de Males**, n° 6.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**, *São Paulo, Brasiliense, 1983.*

HARDMAN, F. F. e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Tabalho no Brasil. (Das origens aos anos 20)**. *São Paulo, Ed. Global, 1982.*

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo: roteiro da libertação social**, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, *1963.*

LOPREATO, C. S. R. - ***O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917***, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1997.

_____ ***A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917***, Museu da Imigração, São Paulo, *1997.*

MALATESTA, Errico. op. cit., p. 51

MAGNANI, Silvia. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906 - 1917)**, Brasiliense, São Paulo, 1982.

MALATESTA, Errico. "A solução libertária para a questão social", In: **Antologia do Socialismo Libertário**, Rio de Janeiro, Edições Mundo Livre, 1979.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, Imigrantes e movimento operário no Brasil (1890 - 1920)**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

OITICICA, José. Ação Direta: meio século de pregação libertária, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1970.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. **A classe operária, no Brasil (1889 - 1930) -Documentos**, vol 1, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1979.

_____. **A Classe Operária no Brasil, (1889-1930) documentos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675 - 1913)**, Rio de Janeiro, Laemmert.

_____. **Os Anarquistas e os Sindicatos (Portugal - 1911/1922)**, Editora Sementeira, Lisboa, 1981.

_____. **Os Anarquistas, Trabalhadores e Italianos no Brasil**. São Paulo, Global.

_____. **Os Libertários**. Rio de Janeiro, Ed. VJR - Editores Associados, 1993.

_____. **Quem Tem Medo do Anarquismo?** Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.

_____. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

ROMANI, Carlo - Oreste Ristori: uma aventura anarquista, dissertação de mestrado UNICAMP 1998.

SEIXAS, Jacy Alves de. - "O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: a problemática da (re)construção da identidade operária, In.: **Revista História & Perspectivas**, n° 11, jul/dez., 1994, p.p. 213-232.

_____ **Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire, Ed. de la Maison des sciences de l'homme**, Paris, 1992.

_____ **Indivíduo, Liberdade e Solidariedade: reflexões sobre a formação do** pensamento anarquista (Proudhon e Kropotkin), xerox.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e Anarcossindicalismo**, São Paulo, Ática, 1987.

TOLEDO, Edilene T. **O Amigo do Povo: grupos de afinidades e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**, Tese de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1993.

VASCO, Neno. **Concepção Anarquista do Sindicalismo**, secção editorial de A Batalha, Lisboa, 1920.

VELASCO E CRUZ, M. C. **Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na Primeira República**, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.

JORNAIS

A GREVE, São Paulo, 1903

A FEDERAÇÃO, Rio de Janeiro, n° 2, 01/05/1905

AMIGO DO POVO, São Paulo, 1902-1904.

A TERRA LIVRE, São Paulo, 1905-1908; 1920

LA BATTAGLIA, São Paulo, 1904-1912.

NOVO RUMO, Rio de Janeiro, n° 9, 20/05/1906.

REVISTAS

AURORA, São Paulo, *1905*.

KULTUR, Rio de Janeiro, *1904*.

A VIDA, edição fac-similar, Cone Editora, 1914-1915.

HISTÓRIA DO ANARQUISMO NO BRASIL, *vol. II, Fac Símile, São Paulo.*